

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 1666/2007****Insolvência pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 407/06.0TYLSB**

Credor — Petróleos de Portugal — PETROGAL, S. A.
Insolvente — MARKIGAS — Serviços Técnicos Especializados, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, no dia 16 de Fevereiro de 2007, às 11 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor MARKIGAS — Serviços Técnicos Especializados, L.ª, número de identificação fiscal 504991809, com sede na Rua de Gil Vicente, 26, escritório 208-209, Quinta Nova de São Roque, 2670-513 Loures.

É administrador do devedor Nélson Cristiano Baptista Neves, Rua de Gil Vicente, 26, escritório 208-209, Quinta de São Roque, 2670-513 Loures.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Maria Teresa Marfins Revês, Estrada de Benfca, 388, 2.º, esquerdo, 1500-101 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de as condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23 de Maio de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE) e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repar-

ção pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de gradação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

19 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*.

3000226004

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA**Anúncio n.º 1667/2007**

A juíza de direito Dr.ª Maria Manuel Miranda, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, faz saber que, no processo comum singular n.º 250/03.8GBVFR, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Jorge da Silva Costa, filho de Alberto da Conceição Costa e de Maria Arlinda da Silva Nunes, natural de São João da Madeira, nascido em 3 de Outubro de 1995, casado, bilhete de identidade n.º 011404682, com domicílio na Rua do Mosteiro, sem número, rés-do-chão, direito, Mosteirô, 4520 Feira, por se encontrar acusado da prática do crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 1 de Junho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 4 de Dezembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

27 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Manuel Miranda*. — A Escrivã-Adjunta, *Graça Vasconcelos*.

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**Anúncio n.º 1668/2007****Prestação de contas administrador (CIRE)
Processo n.º 875/06.0TJVNF-D**

Requerente — Francisco António da Silva Araújo.
Insolvente — José Carlos Ferreira Costa & C.ª, L.ª

A Dr.ª Sílvia Barbosa, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente José Carlos Ferreira Costa & C.ª, L.ª, número de identificação fiscal 500574812, com sede na Rua do Monte de Frades, 12, Oliveira Santa Maria, 4765-327 Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

2 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sílvia Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Paula Leite*.

1000311616

Anúncio n.º 1669/2007**Prestação de contas administrador (CIRE)
Processo n.º 3697/05.1TJVNF-D**

Administrador da insolvência — Américo Fernandes de Almeida Torrinha.

Insolvente — Avelino Moreira Carvalho — Sociedade Unipessoal, L.ª

A Dr.ª Sílvia Barbosa, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Avelino Moreira Carvalho — Sociedade Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 505893061, com

endereço na Rua do Padre Américo, Riba de Ave, 4765-258 Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

13 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sílvia Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Luís Miguel Castelo Branco da Costa*.

1000311617

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 1670/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 494/05.8TYVNG

Credor — Instituto da Segurança Social, I. P.
Insolvente — M. Pontes Ribeiro, L.ª

No processo em que é insolvente M. Pontes Ribeiro, L.ª, número de identificação fiscal 503193798, com endereço na avenida da Liberdade, 170, 6.º, esquerdo, Leça da Palmeira, 4450-716 Leça da Palmeira;

tendo sido nomeado administrador da insolvência Napoleão de Oliveira Duarte, com endereço na Rua da Agra, 20, sala 33, 4150-025 Porto, ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por inexistência de bens.

Efeitos do encerramento — os previstos no artigo 233.º do CIRE.

26 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Olívia Esteves Silva Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Amélia João Morais Domingues*.

3000226747

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 5167/2007

Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 21 de Fevereiro de 2007, no uso de competência delegada, o Dr. Jorge Augusto Pais de Amaral, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, foi desligado do serviço, para efeitos de aposentação/jubilização, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006, por nessa data ter atingido o limite de idade.

23 de Fevereiro de 2007. — O Juiz-Secretário, *Paulo Alexandre Pereira Guerra*.



PARTE E

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 5022/2007

Por despacho do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea *h*) no n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos do ISCTE, publicados em anexo ao despacho normativo n.º 37/2000:

De 18 de Agosto de 2006:

Foi autorizada a contratação de Mário Luís Araújo Prates na categoria de professor auxiliar convidado, além do quadro, neste Instituto, em regime de tempo parcial (20%). O provimento produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De acordo com o n.º 2 do artigo 15.º do ECDU, a contratação foi aprovada em reunião do conselho científico de 25 de Julho de 2006, com base no parecer elaborado pelos Doutores António Gomes Mota, José Paulo Esperança e Victor Seabra Franco, professores catedráticos.

De 3 de Janeiro de 2007:

Foi autorizada a contratação de Abdul Kadir Suleman na categoria de professor auxiliar, além do quadro, neste Instituto. O provimento produz efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2006, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

Foi autorizada a contratação de Ana Cristina Cordeiro Santos na categoria de professora auxiliar, além do quadro, neste Instituto. O provimento produz efeitos a partir de 16 de Novembro de 2006, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 21 de Fevereiro de 2007:

Foi autorizada a nomeação definitiva de Carmen Helena Caldeira de Freitas Lages na categoria de professora auxiliar, além do quadro, neste Instituto, com efeitos a partir de 7 de Março de 2007.

De acordo com o n.º 2 do artigo 25.º do ECDU, a nomeação foi aprovada em reunião do conselho científico de 7 de Novembro de 2006, com base no parecer elaborado pelos Doutores Victor Roldão e António Robalo, professores catedráticos.

Foi autorizada a nomeação definitiva de Joaquim António Marques dos Reis na categoria de professor auxiliar, além do quadro, neste Instituto, com efeitos a partir de 19 de Abril de 2007.

De acordo com o n.º 2 do artigo 25.º do ECDU, a nomeação foi aprovada em reunião do conselho científico de 7 de Novembro de 2006, com base nos pareceres elaborados pelos Doutores Augusto Albuquerque e Hélder Coelho, professores catedráticos.

(Não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2007. — O Administrador, *Francisco Cal*.

Despacho n.º 5168/2007

1 — Em cumprimento do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, e de acordo com o previsto no n.º 16.º do despacho n.º 19 064/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de Setembro de 2006, definem-se as regras de transição curricular a aplicar aos alunos da licenciatura em Informática e Gestão de Empresas que no ano lectivo de 2005-2006 frequentaram o plano de estudos aprovado pelo despacho n.º 20 543/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 19 de Setembro de 2002, e que vão prosseguir os estudos no ano lectivo de 2006-2007.

2 — Integram-se no plano de estudos aprovado pelo despacho n.º 19 064/2006 os alunos que no ano lectivo de 2006-2007 se inscrevem nos 1.º, 2.º e 3.º anos, com base na tabela de equivalência definida no anexo I deste despacho.

3 — Continuam no plano de estudos de cinco anos (despacho n.º 20 543/2002) os alunos que no ano lectivo de 2006-2007 reúnem condições para efectuarem a inscrição nos 4.º e 5.º anos.

4 — O 4.º ano do plano de estudos de cinco anos manter-se-á em vigor apenas durante o ano lectivo de 2006-2007.

5 — O 5.º ano do plano de estudos de cinco anos manter-se-á em vigor durante os anos lectivos de 2006-2007 e de 2007-2008.

6 — O plano de estudos transitório para os anos lectivos de 2006-2007 e de 2007-2008 consta do anexo II.

7 — Outras situações específicas serão definidas casuisticamente por despacho da Comissão Científica de Ciências e Tecnologias da Informação, no seguimento dos parâmetros definidos para o processo de equivalências.

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.